Boletim Notícias do Seguro T3#19 | Senado aprova projeto que fortalece o Seguro Rural

? O Senado aprovou um projeto de lei que fortalece o Seguro Rural. No Boletim Notícias do Seguro, confira o que prevê a proposta e como o avanço da matéria pode contribuir para ampliar a proteção dos produtores diante dos riscos da atividade rural e, consequentemente, contribuir para a segurança alimentar do Brasil e do mundo.

? A judicialização da Saúde Suplementar dispara no Brasil e já supera, em 2026, o número de processos envolvendo a rede pública. O tema foi destaque no portal Notícias do Seguro e chega nesta edição para explicar os impactos desse quadro para operadoras, consumidores e sustentabilidade do setor.

?? E com o El Niño ganhando força, aumenta a atenção aos eventos climáticos e aos riscos para as residências. Saiba por que este é um bom momento para revisar as coberturas do Seguro Residencial ou até mesmo contratar a proteção para atravessar o período de maior instabilidade climática com mais segurança.

? Dê o play para acompanhar as principais notícias, tendências e discussões que movimentam o mercado de seguros no Brasil.

YouTube

El Niño eleva risco de chuva extrema no Sul e seca no Norte; seguro é medida de adaptação, afirma climatologista do Cemaden

Em entrevista, José Marengo detalha os impactos esperados do El Niño no segundo semestre, aponta a diferença entre proteção e socorro emergencial e cita experiências latino-americanas de seguro para pequenos produtores

- O El Niño de 2026 já está configurado e deve organizar o clima brasileiro até pelo menos o início de 2027. A avaliação é do climatologista José Marengo, do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), que em entrevista falou sobre os impactos esperados do fenômeno e sobre o papel que o seguro pode cumprir diante deles.
- Para o pesquisador, o El Niño precisa ser lido além da atmosfera e do oceano. "Sempre classificamos o El Niño como um evento atmosférico-oceânico. Eu acrescentaria socioeconômico", afirma.

Chuva no Sul, seca no Norte

Marengo descreve o padrão esperado como um dipolo - dois extremos opostos acontecendo ao mesmo tempo em partes diferentes do País.

Na segunda metade deste ano, a marca do fenômeno é o aumento do volume de chuvas e da probabilidade de extremos de precipitação, com maior risco de inundações e enxurradas. É o comportamento observado no episódio anterior, que produziu eventos severos em setembro de 2023 e em maio de 2024.

Já no ano que vem, o eixo se desloca. No verão, os impactos devem se concentrar na Amazônia, com redução de chuvas. No outono, alcançam Norte e Nordeste, com estiagem. E toda a América subtropical tende a registrar temperaturas mais altas.

É a combinação entre calor e seca que mais preocupa o pesquisador. Na Amazônia, além das secas e das altas temperaturas, o nível dos rios cai e deixa populações isoladas. Somam-se os incêndios,

que afetam a biodiversidade e ampliam a emissão de gases de efeito estufa.

O quadro descrito pelo climatologista é convergente com o monitoramento oficial. Segundo o Cemaden, a configuração do El Niño foi confirmada em junho de 2026, e os modelos indicam probabilidade acima de 90% de permanência do fenômeno até pelo menos o início de 2027, com alta probabilidade de um evento muito forte entre a primavera e o verão.

O que mudou desde a tragédia de 2024

Questionado sobre o aprendizado deixado pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, Marengo aponta avanços em duas frentes.

A primeira é de infraestrutura: parte da inundação ocorreu porque comportas não fecharam de forma hermética, situação que segundo ele foi corrigida.

A segunda é institucional. O pesquisador relata reuniões com a Casa Civil, audiências na Câmara e no Senado e a formação de grupos de trabalho dedicados ao tema. "Estou vendo uma maior percepção desse risco", diz.

Ele credita parte dessa mobilização à cobertura jornalística. Expressões de forte apelo usadas pela imprensa - que, observa, não correspondem à terminologia científica, restrita a classificações como forte e muito forte - teriam ajudado a chamar a atenção do poder público para o tema e a levar gestores a procurar os centros de pesquisa.

Entre as medidas já adotadas, Marengo cita a liberação de recursos federais para ações de monitoramento e para brigadas de combate a incêndios, mobilizadas antes do início dos focos. Para ele, iniciativas desse tipo servem não apenas ao evento atual, mas a extremos futuros.

Seguro como adaptação, não como socorro

Ao ser perguntado sobre como o setor segurador pode atuar em parceria com governo e sociedade, o climatologista apresenta a formulação central da entrevista.

"Podemos considerar seguro como uma medida de adaptação", afirma. O raciocínio: quem sabe que vive em área de risco pode preservar a vida e a família e ainda contar com recursos para reconstruir - no mesmo lugar ou, preferencialmente, em outro.

Marengo observa que boa parte das residências destruídas em eventos extremos pertence a famílias de classe média e média-baixa que não contam com cobertura. Em muitos casos, avalia, não se trata apenas de capacidade financeira, mas de percepção sobre a utilidade da proteção.

O pesquisador também distingue proteção securitária de socorro emergencial. Abrigos e auxílios pontuais atendem à urgência, mas não resolvem a situação de fundo, argumenta.

A experiência latino-americana

Marengo cita exemplos regionais que considera replicáveis.

No México, segundo relata, seguradoras integram um comitê dedicado a catástrofes. E no Peru, menciona uma companhia centenária que historicamente trabalha com produtores rurais - não os grandes, mas os de pequeno e médio porte. "Os prêmios são baixos, os valores mensais são baixos, mas estão protegidos", descreve.

Para ele, o ponto não é o valor, e sim a cultura de proteção que se estabelece. É o que o Brasil, avalia, pode começar a incorporar.

O climatologista faz ainda uma distinção conceitual entre os instrumentos disponíveis: "Uma coisa é

um seguro, outra coisa é um subsídio". Na leitura dele, os dois cumprem funções distintas e complementares - o subsídio responde a uma dificuldade imediata, enquanto o seguro se estrutura para eventos que podem ocorrer agora ou no futuro.

Por que isso interessa ao setor

A leitura do seguro como instrumento de adaptação dialoga com a agenda que o mercado segurador vem construindo em torno da transição climática. Ela desloca a conversa do momento do sinistro para o planejamento anterior ao evento - que é, também, onde se decide a capacidade de recuperação de famílias, empresas e territórios.

A proteção securitária opera dentro dos limites de cada contrato, com coberturas, exclusões e condições próprias, e não substitui políticas públicas de prevenção, monitoramento e resposta a desastres. Mas, na avaliação do pesquisador, compõe o conjunto de instrumentos que permite ao País atravessar eventos extremos com menos perdas.

Depoimento do coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden sobre o papel do seguro

Seguro aeronáutico paga R$ 64,6 milhões no estado do Mato Grosso com alta de 528,9% nas indenizações

Pagamentos no primeiro semestre superaram em mais de três vezes os R$ 17,7 milhões arrecadados pelo ramo no estado, segundo dados da CNseg

As indenizações do seguro aeronáutico cresceram expressivamente em Mato Grosso no primeiro semestre de 2026. Entre janeiro e junho, as seguradoras pagaram R$ 64,6 milhões no estado, alta de 528,9% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). No sentido oposto, a arrecadação recuou 3,8%, para R$ 17,7 milhões.

Em seguros que envolvem bens de elevado valor, como aeronaves, uma ocorrência de grande porte pode resultar em indenizações expressivas, a depender das coberturas e dos limites estabelecidos em contrato. Embora os dados agregados não permitam atribuir a alta a um evento específico, ocorrências como o acidente aéreo registrado em abril em uma área rural de Mato Grosso ilustram o potencial de impacto financeiro de um sinistro de grande porte. No período, o volume pago pelas seguradoras foi mais de três vezes superior ao arrecadado pelo ramo no estado durante os mesmos seis meses.

“Em carteiras como a aeronáutica, um único acidente de maior severidade pode alterar significativamente o volume de indenizações de um estado em determinado período. O estado do Mato Grosso possui frota relevante de aeronaves, principalmente de pulverização aérea, cuja maior concentração das operações está normalmente no primeiro semestre do ano. O dado mostra justamente a finalidade do seguro: diluir riscos de grande impacto em uma carteira ampla e assegurar recursos para recompor o patrimônio e reparar os danos cobertos, mesmo quando o desembolso local supera a arrecadação”, explica Carlos Polizio, presidente da Comissão de Cascos Marítimos e Aeronáuticos da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg).

O seguro aeronáutico pode reunir diferentes proteções, conforme o tipo de aeronave, sua utilização e as condições contratadas. Entre elas estão coberturas para danos à própria aeronave, perda total ou parcial e despesas de reparo, além de responsabilidade civil por danos causados a terceiros. Equipamentos e outras garantias também podem integrar o contrato.

“A atividade aérea exige um gerenciamento de riscos permanente. O seguro aeronáutico funciona como um instrumento de proteção patrimonial e de responsabilidade civil, especialmente em operações nas quais a interrupção das atividades ou um dano de grande porte pode gerar

consequências relevantes para empresas, produtores e prestadores de serviço", afirma Diego Bifoni, diretor do Sindicato das Seguradoras – SINDSEG MG/GO/MT/DF.

Na contratação, devem ser considerados fatores como a finalidade de utilização da aeronave, a região de operação, o valor do bem e os limites das coberturas de responsabilidade civil. As condições da apólice também estabelecem os riscos cobertos, exclusões e demais requisitos para a utilização do seguro.

Indenizações do seguro de vida do produtor rural mais que dobram em Minas Gerais

Pagamentos chegaram a R$ 16,3 milhões no primeiro semestre de 2026; arrecadação do segmento avançou 17,8%, para R$ 210,3 milhões

As indenizações do seguro de vida do produtor rural mais que dobraram em Minas Gerais no primeiro semestre de 2026. Entre janeiro e junho, foram pagos R$ 16,3 milhões aos segurados e beneficiários, volume 127% superior ao registrado no mesmo período de 2025, segundo dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). A arrecadação alcançou R$ 210,3 milhões, com crescimento de 17,8% na mesma comparação.

O resultado chama atenção para uma modalidade de seguro voltada à proteção de quem trabalha e administra a atividade rural. Diferentemente das coberturas destinadas à lavoura, aos animais, às máquinas ou às instalações da propriedade, o seguro de vida do produtor rural protege a pessoa segurada e seus beneficiários diante dos riscos previstos no contrato.

De acordo com as coberturas contratadas, a apólice pode prever indenização em caso de morte, invalidez permanente total ou parcial por acidente, doenças graves e outras situações especificadas nas condições do seguro. Em caso de sinistro coberto, os recursos são destinados ao segurado ou aos beneficiários indicados.

Para uma família cuja renda depende diretamente do trabalho do produtor, a indenização pode ser utilizada para manter despesas domésticas e compromissos financeiros. Nas propriedades em que o segurado também ocupa uma função central na administração, o recurso pode contribuir para a manutenção da atividade durante o período de reorganização do negócio ou de sucessão.

"Quando se fala em proteção no campo, é preciso olhar não apenas para lavouras, máquinas e instalações, mas também para as pessoas. O seguro de vida ajuda a preservar a renda da família e a continuidade da atividade rural caso um evento grave afete o produtor ou um integrante essencial da gestão do negócio", afirma Edilon Mesquita, diretor do Sindicato das Seguradoras – SINDSEG MG/GO/MT/DF.

Proteção também pode alcançar operações de crédito

Além da proteção ao produtor e à sua família, o seguro de vida pode estar associado a operações de financiamento rural. Nesses casos, conforme as condições estabelecidas no contrato, a cobertura ajuda a reduzir os impactos financeiros de um evento grave sobre a propriedade, a família e a instituição responsável pela concessão do crédito.

Daniel Nascimento, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), explica que essa proteção pode contribuir para que as obrigações financeiras não comprometam a continuidade da atividade. "Quando o seguro de vida está associado ao financiamento, ele traz mais segurança para todos os envolvidos na operação. Em caso de sinistro coberto, a indenização pode ser utilizada para o cumprimento das obrigações previstas no contrato, reduzindo o risco de inadimplência e evitando que a dívida comprometa a estabilidade financeira da família e da propriedade", afirma.

A proteção também pode favorecer o acesso de pequenos e médios produtores ao crédito, ao reduzir os riscos envolvidos na operação e proporcionar maior segurança para a realização de investimentos.

“O seguro fortalece todos os elos da cadeia produtiva. Ao reduzir os efeitos financeiros de um evento grave, ele ajuda a preservar o investimento realizado, a continuidade da produção e a capacidade de recuperação da propriedade. É uma proteção que contribui para um agronegócio mais resiliente e sustentável”, acrescenta Daniel.

Na contratação, devem ser considerados o perfil do produtor, a renda familiar, os compromissos financeiros e o grau de dependência da propriedade em relação ao segurado. Também é necessário verificar quais coberturas estão incluídas na apólice, as exclusões e eventuais períodos de carência, além da documentação exigida e da indicação dos beneficiários.

Entre recordes e riscos, Brasil redesenha o futuro do agro sob alerta chinês

Safras históricas reforçam a força do país, mas clima extremo, seguro rural enfraquecido, infraestrutura insuficiente e alta dependência da China exigem uma nova estratégia de competitividade

O Brasil deve colher 360,8 milhões de toneladas de grãos na safra 2025/2026, segundo a Conab, e consolidar mais um ciclo de protagonismo global. A soja pode chegar a 180,5 milhões de toneladas e o milho, a 143 milhões. O desempenho se soma ao recorde de US$ 169,2 bilhões exportados pelo agronegócio em 2025, de acordo com o Mapa.

A vantagem brasileira, contudo, não é definitiva. A demanda mundial por alimentos deve crescer nas próximas décadas, enquanto a concorrência investe em tecnologia, produtividade e segurança alimentar. Alexandre Uehara, da ESPM, resume o desafio: "O mundo hoje é muito competitivo. Se parar, perde mercado."

A força atual foi construída com pesquisa, adaptação tropical e manejo de solo. Gilberto Cunha, da Embrapa Trigo, lembra que o País deixou de ser importador de alimentos para se tornar potência exportadora. Para manter esse lugar, terá de avançar em genética, biotecnologia, agricultura digital e fertilizantes, áreas ainda marcadas por dependências externas.

Risco asiático

O Brasil, até aqui, confirma o protagonismo no agro e está entre os celeiros do mundo. Mas há desafios nessa trajetória. A China, por exemplo, um dos principais destinos dos produtos brasileiros. A gigante asiático comprou mais de US$ 55,3 bilhões em produtos do agronegócio brasileiro em 2025, perto de um terço das exportações do setor. Para Uehara, a dependência de um só comprador é uma vulnerabilidade estratégica: "Não há problema em ampliar as exportações para um país. O problema é depender profundamente de um só."

O alerta ficou mais forte com o 15º Plano Quinquenal da China, que prevê elevar a produção de grãos, ampliar tecnologia agrícola e reduzir a participação do farelo de soja nas rações animais. A Reuters estima que essa mudança poderia retirar cerca de 10 milhões de toneladas da demanda anual chinesa por soja importada.

Uehara recomenda tratar o plano chinês como direção estratégica, mesmo que as metas não sejam cumpridas integralmente: "Diante do que conquistaram na indústria, não podemos duvidar de que avançarão também na agricultura." Para o Brasil, a resposta passa por diversificar mercados, agregar valor, ampliar biocombustíveis e processar mais produtos internamente.

A competitividade também depende de infraestrutura. Sem armazenagem, estradas, ferrovias e

portos em ritmo compatível com a produção, o país corre o risco de transformar recordes de safra em gargalos logísticos e perda de margem.

O futuro do agro brasileiro, portanto, não será definido apenas pelo volume colhido. Dependerá da capacidade de proteger o produtor contra o clima, reduzir a exposição financeira, conservar o solo, investir em tecnologia e diminuir a dependência de poucos compradores.

Como resume Loyola, "cuidar do risco não é esperar o pior, é proteger a capacidade de continuar produzindo quando o pior acontece." A frase sintetiza o momento: o Brasil já provou que sabe produzir em escala. Agora precisa provar que sabe se proteger, inovar e vender para além da China.

Há outros desafios. Um deles é o humor do clima. As mudanças climáticas tornaram o risco mais frequente e mais caro. José Eduardo Monteiro, da Embrapa Agricultura Digital, destaca que as perdas já se materializam em prejuízos e endividamento: "Esse problema não é temporário e a tendência é piorar. Se o aquecimento continuar aumentando, os eventos extremos se ampliarão na mesma medida."

A possível formação de um El Niño muito forte entre 2026 e 2027 reforça a urgência. No Sul, o fenômeno tende a elevar o risco de excesso de chuva, doenças e perda de qualidade. No Centro-Oeste, Norte, Amazônia e parte do Nordeste, pode atrasar chuvas, ampliar veranicos e intensificar a restrição hídrica.

Mesmo assim, Cunha rejeita o fatalismo: "Uma previsão de El Niño de intensidade muito forte não é prenúncio de tragédia anunciada na agricultura. Ela é importante para montar estratégias." Entre as recomendações estão escalonar a semeadura, diversificar ciclos de cultivares, evitar áreas sujeitas a alagamento e antecipar decisões de manejo.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) é uma das ferramentas centrais nesse processo. O sistema indica janelas de plantio e níveis de exposição conforme solo, cultura, ciclo e clima. Monteiro afirma que o país ainda precisa mudar a lógica da gestão de risco: "Ainda olhamos muito para as crises e atuamos muito pouco por meio de preparação e planejamento preventivo."

Seguro rural perdeu escala

A terceira linha de defesa, depois da prevenção e do manejo, é transferir parte do risco por meio do seguro. Mas essa camada encolheu. Segundo o Observatório do Crédito e Seguro Rural da FGV Agro, a área coberta pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural caiu de cerca de 13,45 milhões de hectares em 2021 para 3,2 milhões em 2025.

Pedro Loyola, coordenador do OCSR, diz que o recuo do seguro contamina toda a cadeia de crédito: "O risco que não foi transferido pelo seguro não desaparece. Ele migra para o produtor, para o banco, para a cooperativa, para a revenda e, finalmente, para o Estado."

Para Loyola, recompor recursos, regularizar pagamentos e dar previsibilidade ao calendário do seguro são medidas urgentes. No médio prazo, ele defende integrar dados de produtividade, clima, solo, manejo, crédito e sinistros para precificar melhor o risco e premiar produtores mais resilientes.

Dívidas sufocam orçamento e afetam contratação de seguros no Brasil

Com 82% das famílias endividadas e quase 84 milhões de inadimplentes, seguro perde espaço no orçamento justamente quando o risco aumenta. Prioridade é pagar dívidas, mesmo com poder de compra afetado

O avanço recorde do endividamento das famílias brasileiras está produzindo um efeito preocupante

para o mercado segurador: a redução dos gastos com proteção. Pressionados por juros elevados, renda comprometida e contas em atraso, milhões de brasileiros estão cortando despesas consideradas não essenciais, entre elas seguros, previdência privada e outros mecanismos de proteção patrimonial e familiar.

O movimento ocorre justamente em um momento de maior vulnerabilidade econômica. Sem reservas financeiras e sem cobertura securitária, imprevistos como doenças, perda de renda, roubo ou danos ao patrimônio podem aprofundar ainda mais o ciclo de endividamento.

Em julho, 82% das famílias brasileiras estavam endividadas, maior nível da série da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC). A inadimplência atingiu 29,8%, enquanto a parcela da renda comprometida com dívidas chegou a 29,5%.

A situação também aparece nos números da Serasa. Em junho, o país registrava 83,7 milhões de inadimplentes, alta de 7,5% em relação ao mesmo período de 2025. O estoque de dívidas alcançou R$ 579,5 bilhões, equivalente a uma média de R$ 6.920 por consumidor.

“Os dados mostram que a inadimplência voltou a crescer com mais força”, afirma Aline Vieira, especialista da Serasa em educação financeira.

Para o setor de seguros, o impacto é imediato. Segundo André Nunes, diretor de Assuntos Corporativos da CNseg, os produtos de proteção de longo prazo costumam ser os primeiros atingidos quando o orçamento aperta.

“Previdência privada e seguros de Vida mais abrangentes perdem espaço. Produtos considerados menos essenciais, como seguro Residencial completo, Seguro Viagem e Seguro Pet, acabam saindo do orçamento familiar”, explica.

Em contrapartida, seguros vinculados a financiamentos e dívidas, como o Prestamista, além de coberturas obrigatórias ou consideradas indispensáveis, tendem a sofrer menos impacto. “O consumidor não cancela necessariamente toda a proteção. Ele reduz coberturas e mantém apenas aquilo que considera fundamental”, acrescenta.

Os juros continuam sendo o principal combustível dessa deterioração financeira. Dados do Banco Central mostram que o endividamento das famílias alcançou 49,8% da renda acumulada em 12 meses, enquanto o comprometimento da renda com pagamento de dívidas chegou a 28,5%. No crédito para pessoas físicas, a inadimplência já alcança 5,6%.

Para o economista Marcos Melo, do IBMEC-DF, a equação é simples: quanto maior a despesa financeira, menor o espaço para consumo e proteção.

“Grande parte da renda está sendo absorvida pelos juros. As famílias deixam de consumir e também deixam de contratar produtos que servem justamente para prevenir perdas futuras, como seguros e previdência”, afirma.

Os sinais de aperto aparecem ainda na poupança. Entre janeiro e julho deste ano, os brasileiros retiraram líquidos R$ 46,5 bilhões da caderneta. Ao mesmo tempo, os gastos com apostas esportivas continuam drenando recursos das famílias. Segundo estimativas do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, as bets consumiram R$ 62,5 bilhões em 2025.

Quando cortar o seguro sai mais caro

Na avaliação da CNseg, existe um paradoxo no comportamento do consumidor brasileiro. Em períodos de dificuldade financeira, muitos enxergam o seguro como um gasto dispensável. No entanto, é justamente nesses momentos que a proteção se torna mais necessária.

“Sem reserva financeira e sem transferência de risco, qualquer evento inesperado pode gerar consequências devastadoras para a família”, diz Nunes.

Segundo ele, estudos indicam que famílias sem cobertura securitária levam mais de dois anos para recuperar sua estabilidade financeira após eventos como incêndios, roubos ou doenças graves.

O executivo defende que o setor avance na chamada educação financeira e securitária. Mais do que estimular poupança ou investimentos, o objetivo seria conscientizar a população sobre a importância de proteger patrimônio e renda.

“O seguro ainda é visto como despesa. Precisamos mostrar que ele é uma ferramenta de proteção. Sem cobertura, um imprevisto frequentemente se transforma em mais dívida”, afirma.

Educação financeira ajuda, mas não resolve sozinha

Especialistas concordam que a educação financeira é parte da solução, mas não a única resposta para o problema.

Para Catarina Carneiro, economista da CNC, o crédito é um instrumento importante para o consumo e para a atividade econômica. O desafio está em evitar que o endividamento evolua para a inadimplência.

“A educação financeira ajuda o consumidor a usar melhor o crédito. Mas fatores como juros, renda e emprego continuam sendo determinantes para a capacidade de pagamento das famílias”, destaca.

Enquanto isso, o mercado segurador acompanha com preocupação a deterioração do orçamento doméstico. Afinal, quanto maior o endividamento, menor a capacidade de contratação de proteção financeira. E quanto menor a proteção, maior o risco de que um imprevisto transforme uma dificuldade temporária em uma crise financeira de longo prazo.

Fonte: CNseg, em 09.09.2026